

# Subcomissão é contra a criação de um conselho de comunicação

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação do Congresso constituinte rejeitou a proposta da relatora, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), de



criação do Conselho Nacional de Comunicação. Este órgão deveria, de acordo com a proposta, formular a política de comunicação do país e outorgar concessões de canais de rádio e televisão, funções atribuídas atualmente ao presidente da República e ao Ministério das Comunicações. A rejeição desta parte do anteprojeto da relatora ocorreu depois de cinco horas de discussões tumultuadas e da saída do plenário de oito parlamentares do PMDB, PT e PDT, em protesto contra a forma de condução dos trabalhos pelo presidente da Subcomissão, deputado Arolde de Oliveira (PFL-SP). O senador Mário Covas (PMDB-SP) acompanhou as primeiras três horas de discussão.



A deputada Cristina Tavares

O deputado Aloísio Vasconcelos (PMDB-MG) disse a jornalistas que foi pressionado pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, para votar contra a criação do Conselho. Vasconcelos disse que o governador lhe telefonou às 5h da manhã afir-

mando que o futuro político dele (Vasconcelos) dependia do voto contra o Conselho. A relatora Cristina Tavares disse que o deputado Onofre Correa (PMDB-MA) lhe "confidenciou" estar "dividido entre a lealdade que devia ao ministro Renato Archer e o medo de Antônio Carlos Magalhães". O deputado Sarney Filho foi ao local da reunião e conversou, rapidamente, com Cristina Tavares. Segundo Cristina, ele negou que seu pai, o presidente José Sarney, estivesse por trás das pressões para que os deputados votassem contra o Conselho.

Também foi rejeitada a proposta da relatora de criação de um "Conselho Editorial" (composto por empresários e trabalhadores) para toda empresa jornalística privada ou estatal. A inclusão na Constituição da exclusividade da exploração estatal dos serviços de telecomunicações, comunicação de dados, comunicação postale telegráfica também não foi aprovada pela Subcomissão. Foi aceita, porém, uma emenda do deputado Carlos Alberto Oliveira (PDT-RJ), que proíbe o monopólio e o oligopólio no setor de rádio e televisão.

## 'Ala progressista' aprova teses dos trabalhadores

Da Sucursal de Brasília

A "ala progressista" da Subcomissão dos Direitos do Trabalhador e do Servidor Público do Congresso constituinte não teve grande dificuldade para aprovar ontem em plenário a inclusão de algumas das principais reivindicações dos trabalhadores no anteprojeto final da Subcomissão: estabilidade no emprego desde a admissão, reajuste mensal de salário, jornada de trabalho de quarenta horas semanais, licença de 120 dias para gestantes e salário mínimo fixado pelo Congresso Nacional.

Até às 20h de ontem, os 25 constituintes da Subcomissão haviam discutido e votado apenas um quarto do substitutivo do anteprojeto do relator Mário Lima (PMDB-BA), contendo 26 artigos.

A tendência, entretanto, era da aprovação quase integral do anteprojeto, considerado um dos mais "progressistas" dentre os 24 elaboradores pelas subcomissões.

### Destaques

O substitutivo de Mário Lima não apresentou nenhuma grande modificação em relação à sua proposta

original. Ao substitutivo foram apresentados 117 destaques para serem discutidos em plenário.

Somente o deputado Max Rosenmann (PMDB-PR) propôs 42 destaques, que buscaram modificar ou eliminar alguns dos principais direitos trabalhistas garantidos no anteprojeto: estabilidade no emprego, jornada de quarenta horas, direito irrestrito à greve.

Depois de perder quatro votações para a maioria de constituintes "progressistas", Rosenmann retirou os destaques apresentados. "Isso é um jogo de cartas marcadas", afirmava Rosenman, visivelmente irritado com o resultado das votações.

### Polêmica

A maior polêmica ficou em torno da questão da estabilidade no emprego. Enquanto o deputado Osvaldo Bender (PDS-RS) condenava a estabilidade sob o argumento de que as micro-empresas não terão condições de sobreviver, o senador Ronan Tito (PMDB-MG) lembrava que a proibição a demissão imotivada era a "pedra de toque" do anteprojeto. "Sem a estabilidade não teremos avanços sociais", argumentava Tito.